



JAQUELINE ANTUNES DE SOUZA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA**

NATAL-RN

2023

JAQUELINE ANTUNES DE SOUZA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - como pré-requisito para a obtenção do título de graduado (a) em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira

**NATAL-RN
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

S729p Souza, Jaqueline Antunes de.

O papel do professor na escolarização de crianças com o Transtorno do Espectro Autista - TEA / Jaqueline Antunes de Souza. – Natal, 2023.

37 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia. Natal, RN, 2023.

Orientadora: Profa. Ms. Adriana Mônica Oliveira.

1. Educação Infantil – Monografia. 2. Inclusão – Monografia
3. Transtorno do Espectro Autista – Monografia. I. Oliveira, Adriana Mônica. II. Título.

CDD – 370

CDU – 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925

Índice de catálogo sistemático:

1. Educação – 370
2. Educação. Ensino. Instrução – 37

JAQUELINE ANTUNES DE SOUZA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Monografia apresentada e aprovada em 22/07/2023, pela seguinte Banca Examinadora:

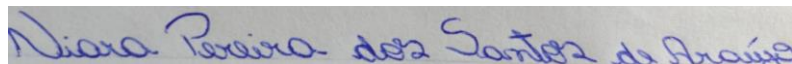
BANCA EXAMINADORA



Professora Orientadora Mestra Adriana Mônica Oliveira
FAMEN



Professor examinador Esp. Jaqueline Aparecida Morais Alves
FAMEN



Professora examinadora Esp. Niara Pereira dos Santos de Araújo
FAMEN

NATAL-RN

2023

DEDICATÓRIA

A Deus que é sempre tão bom para mim; a toda minha família, em especial aos meus pais, João e Valdira, que são minhas inspirações; aos meus irmãos Junior e Jadson, que sempre me apoiaram emocionalmente; aos meus sobrinhos Ruan e João Guilherme. Todos esses foram meus alicerces de força, coragem e determinação, nessa grande etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade, pela sua infinita misericórdia e bondade sobre minha vida, por ter me guiado, me dado força, sabedoria e fé para realizar o meu sonho de chegar aonde eu cheguei.

Aos donos da FAMEN, Kayrin Medeiros e Andrezza Tavares, pelo presente que foi a minha bolsa de estudos do curso de Licenciatura em Pedagogia na qual sempre foi meu sonho. E a todos os professores que durante esses quatro anos transmitiram tantos conhecimentos; em especial à minha professora e orientadora, Adriana Mônica, pela paciência e ajuda prestada;

A minha família que sempre estiveram presentes. Meus pais, João e Valdira, meus irmãos, Junior e Jadson que a vida inteira, cuidaram, zelaram e me educaram tão bem, pela ajuda financeira, psicológica, por todo apoio durante todos esses anos e tudo que sempre fizeram por mim, minha eterna gratidão a vocês, por absolutamente tudo. Minha mãe, Valdira, que é sempre tão guerreira e batalhadora, sempre trabalhou e aguentou tantas coisas por mim e meus irmãos, mas desistir nunca foi uma opção para ela;

Meu pai, João, sempre tão forte, fazendo o que podia e o que não podia pela nossa família, minha eterna gratidão a eles, pois sem cada um nada teria sido como foi e eu não teria chegado até aqui

Minhas tias Valquíria, Jailza, Valdelene, Valéria e Maria de Fátima que me apoiaram e acreditaram em mim, Maria Jeane que por sinal foi minha dupla durante todo o curso; Minha tia Valdelene e Valéria que muitas vezes me abrigaram em suas casas quando não conseguia chegar até a dos meus pais; Valquíria, que sempre foi uma mãe para mim;

Minha prima/irmã, Vitória, que sempre esteve presente ouvindo meus desabafos em momentos de alegria e aflição;

Aos meus sogros que também me abrigaram durante um tempo em sua casa;

Ao meu namorado Dowglas que teve toda paciência e compreensão de me incentivar em meus momentos de angústia e aflição, trazendo-me calma quando muitas vezes pensei em desistir;

Aos meus amigos que nunca duvidaram de minha capacidade, aos colegas do curso, que ao longo desses quatro anos sempre estivemos juntos, nos ajudando e aprendendo um com os outros para juntos encerrarmos essa grande etapa;

E a todos que de uma forma indireta também se fizeram presentes nessa grande realização.

A inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as igualdades.

Paulo Freire (2006)

RESUMO

Segundo os teóricos que fundamentam este estudo, não existe um conceito único e específico a englobar a condição do Transtorno Espectro Autista (TEA). Sendo assim, a proposta desta monografia é apresentar uma abordagem histórica da Educação Especial e Inclusiva, partindo de alguns eventos importantes ao tratamento do Transtorno Espectro Autista (TEA). Ainda apresenta as principais dificuldades, soluções e desafios encontrados pelo mediador de alunos, com tal transtorno, em seu ambiente escolar. Aborda, como objetivo geral, contribuições para o melhoramento das vivências e dos aprendizados de um mediador de criança com autismo com o intuito de ampliar os conhecimentos adquiridos em seu ambiente escolar, buscando aperfeiçoamentos, inovações e oportunidades para ampliar os conhecimentos de ambas as partes. Para isso, o estudo foi embasado nas diretrizes do Programa Nacional de Educação Básica da Educação Especial na Lei Inclusiva do Brasil (2001), Lei da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15 e Lei de amparo a pessoa com autismo, Lei nº 12.764/12 e ainda versam com autores como Piaget (2005), Cunha (2015), Mantoan (2006), Mello (2007), Semensato e Bosa (2013). Neste caso, o estudo é de caráter bibliográfico e qualitativo. Por fim, mostra que os resultados obtidos fornecem uma visão atualizada da compreensão da inclusão de alunos com TEA, de forma que o reconhecimento do diagnóstico desse transtorno, passe a ser o começo necessário de buscarmos a compreensão sobre esse mundo misterioso, mas, cheio de possibilidades, denominado autismo. A escola deve ser forte aliada às famílias, para que, juntas, possam desmistificar essa visão distorcida de que os autistas não aprendem, não se desenvolvem. Eles têm um mundo muito próprio, assim como as pessoas ditas normais também têm; eles têm potenciais e os apresentam em cada olhar, em cada gesto, em cada silêncio, basta sermos sensíveis para entendê-los.

Palavras-chaves: Educação; TEA; Inclusão; Possibilidades.

ABSTRACT

According to the theorists behind this study, there is no single and specific concept to encompass the condition of Autism Spectrum Disorder (ASD). Therefore, the purpose of this monograph is to present a historical approach to Special and Inclusive Education, starting from some important events in the treatment of Autism Spectrum Disorder (ASD). It still presents the main difficulties, solutions and challenges encountered by the mediator of students with this disorder in their school environment. It addresses, as a general objective, contributions to the improvement of the experiences and learning of a mediator of a child with autism in order to expand the knowledge acquired in their school environment, seeking improvements, innovations and opportunities to expand the knowledge of both parties. For this, the study was based on the guidelines of the National Program of Basic Education of Special Education in the Inclusive Law of Brazil (2001), Law of Persons with Disabilities, nº 13.146/15 and Law of support for people with autism, Law nº 12.764/ 12 and also deal with authors such as Piaget (2005), Cunha (2015), Mantoan (2006), Mello (2007), Semensato and Bosa (2013). In this case, the study is bibliographical and qualitative. Finally, it shows that the results obtained provide an updated view of the understanding of the inclusion of students with ASD, so that the recognition of the diagnosis of this disorder, becomes the necessary beginning to seek understanding about this mysterious world, but, full of possibilities, called autism. The school must be a strong ally of the families, so that, together, they can demystify this distorted view that autistic people do not learn, do not develop. They have a world of their own, just like so-called normal people do too; they have potential and show them in every look, in every gesture, in every silence, we just need to be sensitive to understand them.

Keywords: Education; TEA; Inclusion; Possibilities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: história e concepção	12
2.1 Aspectos legais sobre o TEA	13
3 CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS AUTISTAS	18
3.1 O papel da escola, do professor e da família na escolarização dos alunos com TEA	21
4 METODOLOGIA.....	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em reconhecer as principais dificuldades e as possíveis soluções para superar os desafios encontrados pelo mediador de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seu ambiente escolar. Trata-se de uma temática relevante ao universo educacional, a qual está ganhando dimensão, e, no entanto, a estrutura de pessoal qualificado apresenta bastante escassez.

Desde os primórdios, a educação foi pensada nos indivíduos considerados típicos, deixando de lado aqueles considerados atípicos. Atualmente, esse quadro está sendo revertido, diante disso, o índice de crianças consideradas diferentes, segue aumentando em grande proporção no ambiente escolar. As escolas, a cada dia que passa, recebem mais alunos com Necessidade Educativa Especial - NEE, quando, na verdade, não tem estruturas nem físicas e nem humanas para acolher tanta diversidade.

Através da pesquisa bibliográfica apresentamos, no decorrer desta monografia, como o processo de mudança, em relação às crianças autistas, pode ser conduzido no ambiente escolar e como o profissional específico poderá intervir para o aprendizado de cada aluno, buscando todos os dias, se apropriar de recursos condizentes às necessidades apresentadas no espaço de sala de aula, promovendo caminhos de possibilidades.

As reflexões acerca da temática em estudo, objetivam apresentar contribuições para melhorar as vivências e os aprendizados do professor de criança autista, ampliando seus conhecimentos adquiridos em seu ambiente escolar, buscando aperfeiçoamentos, inovações e oportunidades o crescimento dos conhecimentos de ambas as partes.

Embora os professores não sejam os únicos responsáveis pela inclusão de alunos com necessidades, no ambiente escolar, o papel do professor é fundamental para que a inclusão em sala de aula seja de fato, efetivada, ou seja, mesmo não tendo sua especificidade em TEA, eles precisam conhecer sobre o básico e buscar ajuda de profissionais especialistas na área.

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a prática educativa voltada para o alcance da educação inclusiva, especialmente para o autismo. Percebemos que, embora o tema inclusão tenha se fortalecido nas últimas décadas, ainda há muito o que fazer para termos espaços escolares essencialmente inclusivos.

O autismo tem sido descrito como um distúrbio neurológico e, segundo os teóricos, não existe um conceito único e específico que possa englobar a condição. De um modo geral, esta situação surge antes dos três anos de idade e pode afetar, em certa medida, o desenvolvimento da criança. Sintomas como dificuldades relacionadas ao ambiente,

dificuldades com a linguagem falada, ausência ou raramente contato visual com os pais e outras crianças podem ser os primeiros sinais de que algo está acontecendo.

Através dos fundamentos teóricos dos estudiosos da área, recebemos contribuições significativas para a efetivação deste trabalho. As literaturas de Piaget (2005), Cunha (2015), Mantoan (2006), Mello (2007), Semensato e Bosa (2013), entre outros autores referenciados nesta pesquisa, enriqueceram as informações e fomentaram o desejo de continuarmos em busca de ações metodológicas eficazes ao trabalho com alunos com TEA.

No que tange a sua estruturação, esta pesquisa aborda inicialmente sobre a história e sobre a concepção do Transtorno do Espectro Autista e os aspectos legais que norteiam a garantia da inclusão escolar; no capítulo três, evidenciaremos as características das crianças com TEA, seguido do tópico que traz o papel do professor na escolarização de alunos autistas. O quarto capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados na construção do trabalho; o cinco apresenta os resultados e discussão acerca do nosso objeto de pesquisa; por fim, as considerações finais e os registros das referências que elucidam os autores pesquisados.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: história e concepção

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é denominado pela Associação Americana de Psiquiatria – APA, como um transtorno do neurodesenvolvimento. Sobre isso, destacamos que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra Suíço que buscava, em seus estudos, descrever características da esquizofrenia. No entanto, a denominação do autismo toma uma proporção maior em 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do autismo de forma relevante (CUNHA, 2015).

Em 1942, Kanner descreveu sob distúrbios autísticos do contato afetivo, descrevendo crianças que, em seu ponto de vista, comportam-se diferentemente de todos os demais destacados na literatura científica internacional, embora Kanner trabalhasse em Baltimore e Asperger em Viena, eles simultaneamente escolheram o nome central que queriam atribuir ao transtorno: autismo. O termo foi introduzido por Bleuler em 1911, mesmo que na época o clínico não pretendesse se referir a nenhum grupo patológico distinto, mas sim a um grupo de comportamentos fundamentais da esquizofrenia, termo também introduzido por Bleuler.

A palavra autismo vem da palavra grega *autos*, que significa eu; é a característica básica que Kanner e Asperger enfatizavam, uma auto absorção exibida pelos indivíduos, dificultando a verificação da entrega às trocas e à participação social. A partir de testes psicológicos, fica evidente que a subnormalidade afeta a grande maioria das pessoas com autismo, mesmo aquelas com apenas um atraso muito pequeno ou sem atraso no valor global do quociente inteligência, mostrando disfunção cognitiva específica. Foi assim que surgiu lentamente o conceito de autismo estar relacionado à deficiência mental (ASSUNPÇÃO JÚNIOR; PIMENTEL, 2000).

Traços comportamentais ligados ao TEA aparecem na primeira infância, como por exemplos, atraso no desenvolvimento da fala, dificuldade em socialização, irritação/aversão a locais com muitas pessoas ou barulhentos, êxtase por objetos incomuns, estereotípias verbal e de movimentos, ausência das interações sociais, não respondendo a chamados (APA, 2014).

Segundo Vieira e Baldin (2017), a partir do segundo ano de vida da criança, surgem mais as resistências/dificuldades para brincar, principalmente se precisar fazer uso da imaginação, utiliza os brinquedos de forma bastante diferenciada da normal e apresenta dificuldade para conversar, pois, muitas vezes a fala é incompreensível.

Segundo Mello (2007), o autismo é considerado um transtorno do desenvolvimento que se manifesta em pessoas antes dos três anos de idade. Assim, as alterações biológicas podem ter certos efeitos no comportamento dos indivíduos, por exemplo, em termos de comunicação, aprendizagem e interação social. O autismo é considerado um transtorno amplo, em alguns casos de difícil diagnóstico, justamente pelos diversos graus de apresentação, pela diversidade de alterações cerebrais, corporais e comportamentais.

Crianças autistas apresentam dificuldades nas representações mentais e na subjetividade; são muito visuais. Piaget (2005) defendia que o tratamento do autismo deveria se basear em uma abordagem educacional que estimulasse o desenvolvimento cognitivo da criança, ajudando-a a superar suas limitações e a se integrar melhor na sociedade. Embora suas ideias tenham sido criticadas por alguns especialistas, o trabalho de Piaget continua a influenciar a compreensão do autismo e a orientar o tratamento dessa condição em todo o mundo.

[...] a criança alcança um nível de representação mental que lhe permite diferenciar entre o que é subjetivo do que é objetivo, quando inicia a superação do pensamento egocêntrico, pois enquanto a criança pensa que todos pensam como ela, não encontrará motivos para se conformar às verdades comuns, muito menos buscar comprovações lógicas sobre aquilo que acredita (PIAGET, 2005, p. 33).

Piaget (2005), um dos mais importantes teóricos da psicologia do desenvolvimento, dedicou parte de sua obra ao estudo do autismo. Para ele, trata-se de uma condição que afeta a capacidade da criança de interagir socialmente e de se comunicar de forma adequada; essas dificuldades eram causadas por uma falha no desenvolvimento cognitivo da criança, que não conseguia compreender e interpretar adequadamente as informações que recebia do mundo ao seu redor.

2.1 Aspectos legais sobre o TEA

Depois de entendermos sobre o significado de transtorno, percebemos a relevância das leis que garantem a equidade social, com o respeito às diferenças, às limitações. Diante da heterogeneidade humana, cada dia torna-se mais desafiador lidar e compreender tantas características comportamentais do ser humano, para que tenhamos a inclusão efetivada de forma verdadeira.

Reportando-nos a alguns acontecimentos importantes na educação especial e inclusiva, Rocha e Miranda (2009) relatam que, no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência

iniciou durante a época imperial, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) e Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), tais instituições foram criadas por volta da década de 1850, como um marco no atendimento à deficiência no Brasil. No entanto, apesar de um importante passo rumo à inclusão, essas instituições eram limitadas ao atendimento de pessoas com deficiência visual e auditiva, isolando assim os outros tipos de deficiências, como por exemplo, o transtorno mental.

Em 1961, o atendimento educacional a pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61, a qual se refere a pessoa com deficiência como excepcionais, expondo que a educação, deverá colocar os excepcionais no sistema geral de ensino, integrando-os a comunidade educacional. A LDBEN passou por modificações, já que em sua consonância não organizava o sistema como capaz de suprir as necessidades das pessoas com alguma deficiência, não efetivando, de fato, uma educação inclusiva para todos (BRASIL, 1961).

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei nº 9.394/96, sugere a reorganização do conceito de ensino para pessoas com necessidades educacionais especiais e estabelecendo um sistema de ensino equivalente à educação inclusiva. O capítulo V em seu art. 59, viabiliza o sistema de ensino aos alunos com necessidades educativas especiais será assegurado:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...], professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins [...] acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 19-20).

Considerando os parâmetros legais acerca da inclusão, fica claro o quão importante é incluir as necessidades educacionais Especiais (NEE) no processo de acreditação. Embora a lei oriente as possibilidades de inclusão, é preciso sair do “abstrato” e transferir o que está no papel para a realidade, segundo a pessoa com NEE, a fim de direcionar práticas inclusivas e efetivas no campo educacional e profissional. Atualmente, há uma luta constante para fortalecer essas práticas inclusivas.

Sancionada a lei nº 12.764 no dia 27 de dezembro de 2012, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista passa a ser vista no Brasil de forma mais eloquente. O art. 3º da Lei, afirma que são direitos da pessoa com TEA,

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer, II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2012).

No que concerne ao público-alvo da educação especial, evidenciamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que preconiza a educação de qualidade para todos os alunos com deficiência, incluindo os Transtornos Globais de Desenvolvimento -TGD e a superdotação, apresentando os seguintes termos:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado [...] acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação [...] Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial [...] Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (BRASIL, 2008, p. 14-15).

A respeito da integridade da pessoa com autismo, é visto o quão relevante são as pautas, que de forma precisa, dão abertura para que a sociedade entenda não apenas o que é o transtorno, mas, como pode conviver e incluir as peculiaridades do sujeito diante de suas originalidades.

A Lei Brasileira de Inclusão da Deficiência (LBI), Lei de nº 13.146/15, foi aprovada para enriquecer e apoiar as ações afirmativas à inclusão, visando promover a igualdade e o exercício dos direitos das pessoas com deficiência. O seu artigo 28 estabelece que compete ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, estimular, monitorar e avaliar questões relacionadas à ação inclusiva. Assim é importante destacar algumas das operações expostas no artigo.

[...] II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem [...] que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado [...] para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade [...] VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva [...] IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais [...] (BRASIL, 2015).

Possíveis avanços podem ser vislumbrados, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas que buscam novas abordagens e/ou técnicas de ensino voltadas para a inclusão, porém, é preciso refletirmos: o poder público assegura essas realidades apresentadas nas legislações? A inclusão plena, justificada por lei, se reflete na sociedade? Esses questionamentos conduzem às reflexões acerca do cumprimento dos direitos à inclusão, a qual, em muitos aspectos, precisa sair do papel e chegar à realidade das nossas escolas.

A LBI afirma justamente que não só o acesso às pessoas com deficiência deve ser melhorado, mas também a sua permanência, ou seja, o acesso não pode ser pensado sem consideração de recursos, adaptação e participação ativa dos sujeitos. O processo, a formação e o alcance profissional da concretização dos direitos. Tais parcerias, conforme divulgado no artigo, precisam ser articuladas em todos os setores, inclusive melhorando ações interligadas para facilitar a implementação de políticas públicas que abordem as realidades da deficiência.

O artigo 2º da Lei 12.764/12 (BRASIL, 2015), apresenta em alguns aspectos as diretrizes da política nacional para a proteção dos direitos das pessoas com transtornos do espectro do autismo. Revela a necessidade de formulação de políticas públicas intersetoriais e inclusivas e incentiva a formação de profissionais sobre deficiência.

A LBI (BRASIL, 2015) e a Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012) são leis que focam em políticas holísticas de crescimento para pessoas com deficiência e, em particular, onde abrigamos pessoas com Transtornos do Espectro Autista. Não se pode excluir a responsabilidade dos poderes públicos nesta composição, nem a responsabilidade de todos os profissionais, bem como das famílias, buscar conhecimento, formação e perspectivas inclusivas na sociedade, cuja participação ativa se torna imprescindível.

A educação especial é conceituada como um modo de ensino diferenciado, pressupondo a reestruturação do espaço físico e do sistema de ensino, propondo inovações estratégicas nas práticas docentes, como procedimento educacional possível de extinguir as

barreiras que impedem a efetivação da aprendizagem, assim também como contribuir para o desenvolvimento de todos os alunos, em seus diversos aspectos humanos.

Diante dos conhecimentos oriundos dos documentos legais que norteiam a educação inclusiva, precisamos saber diferenciar os termos integração e inclusão. O primeiro diz respeito a inserção das pessoas deficientes no convívio social; a segunda tem maior amplitude, pois implica na modificação da sociedade como condição para que as pessoas com necessidades especiais possam se desenvolver dignamente e exercer sua cidadania.

3 CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS AUTISTAS

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno caracterizado pelas dificuldades nas relações comunicacionais, assim também como pelas repetições e/ou restrições de comportamentos e de interesses. Esses sintomas são o cerne, contudo, há variação em seus graus ou níveis. Os distúrbios do autismo são considerados como uma desordem do desenvolvimento pervasivo, porém, em algumas situações, a criança apresenta grande dificuldade; em outras, inteligência e habilidades psicomotoras que representam certa autonomia (SBP, 2019).

A inclusão de alunos com TEA nas escolas, deve focar na compreensão de suas características comportamentais com base no diagnóstico, e, através do conhecimento do caso, iniciar as intervenções necessárias. Na concepção de Orrú (2012), algumas atitudes comuns em relação às dificuldades de comunicação e socialização se repetem significativamente por meio dos movimentos corporais, com repetições ou limitações. Os traços associados à falta de comunicação e linguagem oral ou atrasos no desenvolvimento escolar em crianças autistas, estão entre os traços mais marcantes percebidos pelas instituições de ensino.

[...] as pessoas com autismo costumam ter dificuldade de se expressar adequadamente, apresentando algumas inabilidades quanto à comunicação, sendo as mais comuns à ausência de espontaneidade na fala; fala pouco comunicativa com tendência a monólogos; utilização do pronome pessoal de terceira pessoa; frases gramaticalmente incorretas; expressões bizarras, neologismos; dificuldade de compreensão de informações e significados abstratos, além da ecolalia (BENINI *et al.*, 2016, p. 5).

Diante desses traços acima apresentados, reconhecemos que, apesar da percepção de comportamentos comuns, os indivíduos autistas expressam diferentes atitudes em diferentes formas de responder aos estímulos externos. Nesse caso, o grau de comprometimento do transtorno não necessariamente define quais características se manifestam, pois ao mesmo tempo cada pessoa expressa sua própria singularidade em todos os aspectos. A dificuldade em compreender subentendidos, referente ao planejamento e organização de elementos de natureza abstrata, é outra característica do TEA, juntamente com o apego a objetos ou interesses considerados incomuns ou estranhos em algumas circunstâncias.

A School Community Tool kit (2011) em seu manual escolar, relata que algumas pessoas com autismo possuem habilidades como a acuidade visual, facilidade de lembrar sequências ou fatos mecânicos, excelente memória de longo prazo, forte interesse por música,

habilidades artísticas e matemáticas, honestidade/atenciosamente. Portanto, é importante que as instituições escolares desenvolvam estratégias didático-pedagógicas que contemplem essa diversidade para atender as necessidades dos alunos que fazem parte desse sistema a partir da evidência de declarações oficiais que estimulam adotar práticas inclusivas pelas escolas e redes educacionais.

Segundo Menezes (2020) comportamentos restritos e repetitivos são características-chave do Transtorno do espectro do autismo caracterizado por interesses e atividades restritas, intensas e específicas como rituais e rotinas, incluindo ações físicas. Comportamentos destrutivos e desafiadores como agressão, birras, automutilação, estimulação repetitiva, não adesão e comportamento afetivo anormal, são consideradas formas de comunicar algo, pelo fato de haver dificuldades de expressões verbais precisas. Outra característica possível do autista, em seu aspecto psicomotor, diz respeito ao andar na ponta dos dedos dos pés, embora não determine a causa desta ocorrência.

O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a comunicação, interação social e comportamento. Crianças com autismo apresentam características específicas que podem ser facilmente identificadas, tais como a má coordenação, má postura, habilidades de desenho ruins e desvio da postura deitada, engatinhando, sentado, andando. Ao lado destes, existem comportamentos repetitivos como bater palmas, sacudir, pular, girar, isso também está relacionado ao uso inapropriado de objetos - por exemplo, agarrar, bater e brinquedos giratórios.

Uma das principais características do autismo é a fragilidade na comunicação (atrasos na fala ou fala repetitiva e monótona), além de não conseguir entender e interpretar a comunicação não verbal, como expressões faciais e linguagem corporal. Em relação à interação social, crianças autistas não apresentam facilidade em fazer amigos e manter relacionamentos, preferindo brincar sozinhas, sem querer compartilhar brinquedos e objetos com outras pessoas.

Comportamentos repetitivos e restritivos também são comuns em crianças com autismo, surgindo interesses específicos e fixos em determinados assuntos; batem as mãos, balançam o corpo como pêndulos, alinham objetos. Além disso, crianças com autismo podem apresentar sensibilidade sensorial, como hipersensibilidade ao som, luz ou texturas. Elas podem ter reações intensas a estímulos que outras crianças não percebem.

É importante lembrar que cada autista é único, podendo apresentar características diferentes, além disso, podem apresentar características que não são exclusivas do autismo, mas que estão presentes em outros transtornos do desenvolvimento. É fundamental que os

pais e profissionais estejam atentos aos comportamentos e características da criança e busquem ajuda especializada, caso identifiquem sinais de autismo.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2019), pessoas diagnosticadas com autismo vivenciam limitações na percepção, socialização, integração e modulação das suas respostas a estímulos sensoriais diários, fatores que impactam também a vida acadêmica. O manual orientador da SBP, nos traz seis fatores comportamentais observados em crianças com TEA, segundo os estudos de Tomchek, Huebner e Dunn.

- ✓ Baixa energia ou fraqueza: aparentemente tem músculos fracos, não conseguem carregar objetos pesados;
- ✓ Sensibilidade tátil ao movimento, reagindo de forma agressiva ao toque, não gosta de andar descalço em areia ou grama, apresenta medo de altura;
- ✓ Sensibilidade gustativa e olfativa: seletividade em sabores, escolhe alimentos pela textura, evita alguns cheiros dos alimentos típicos de crianças;
- ✓ Sensibilidade auditiva e visual: dificuldades em executar tarefas ouvindo sons, fecha os ouvidos com as mãos ao ouvir sons; luzes brilhantes incomodam, cobrem os olhos para protegê-los da luz;
- ✓ Procura sensorial/distraibilidade: as atividades com movimentos causam excitação, dificuldade atencional, gosta de tocar objetos e pessoas, produz barulhos estranhos;
- ✓ Hiporresponsividade: parece não perceber quando mãos e rostos estão sujos, mesmo com audição boa, não responde quando chamam seu nome, deixa a roupa enrolada no corpo.

A pessoa com TEA pode apresentar um ou mais fatores comportamentais descritos acima, e é indispensável que seja avaliada por um profissional, geralmente terapeuta ocupacional, habilitado para avaliar e intervir nas disfunções de integração sensorial.

A observância desses fatores comportamentais é de grande importância para todos os envolvidos na educação, que primam por uma escola inclusiva; contudo, salientamos que não podemos criar rótulos precipitados, o que vale de fato é o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar, com profissionais especializados, e, principalmente o diagnóstico, documento essencial para que busquemos as ajudas necessárias para trabalharmos adequada e humanamente com pessoas autistas, pois são pessoas dotadas de possibilidades, de potencialidades.

O que falta, na verdade, é investimento necessário nas escolas públicas para que os professores possam trabalhar com mais propriedade e segurança, pois, a legislação existe, no entanto, na grande maioria das escolas, são colocados cuidadores para acompanhar a rotina de crianças autistas, isto caracteriza-se um descaso para com a educação inclusiva.

3.1 O papel da escola, do professor e da família na escolarização dos alunos com TEA

Escola e família têm papéis fundamentais para o desenvolvimento global de todos os alunos, independente de terem ou não Necessidade Educativa Especial -NEE. Buscar saber mais sobre o perfil dos educandos, numa perspectiva inclusiva, e preparar a equipe para trabalhar com alunos autistas é um importante começo. Nesse sentido, encontrar formas e estratégias metodológicas para a interação e desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem deve ser objetivo permanente de todos os envolvidos na educação.

O papel do professor na escolarização de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para garantir o sucesso do processo educacional, seu papel deve ser de facilitador, um mediador, um guia e um parceiro nessa jornada. Imprescindível um conhecimento sólido sobre o TEA e suas características, para poder adaptar e aplicar suas metodologias e estratégias de ensino às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, o professor deve estar atento ao tom de voz utilizado, evitando ser excessivamente autoritário ou infantilizado, procurando se comunicar de forma clara e objetiva.

É importante que o docente crie um ambiente acolhedor e seguro, onde a criança se sinta confortável para se expressar e aprender. A família deve ser uma parceira da escola, assim também como de outros profissionais da área da saúde, para garantir uma abordagem multidisciplinar e integrada ao tratamento do TEA. O papel do professor na escolarização de crianças com TEA é crucial para ajudá-las a desenvolver todo o seu potencial e se tornarem adultos independentes e integrados na sociedade.

O professor deve ser um profissional capacitado para lidar com as particularidades dos alunos com TEA, tendo em vista que essas crianças apresentam dificuldades na comunicação, interação social e comportamento. É necessário que o professor tenha conhecimento sobre o TEA e suas características, para que possa adaptar as atividades pedagógicas e criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. Além disso, o professor deve estar atento ao tom de voz e à linguagem utilizada, evitando expressões que possam ser mal interpretadas ou confundir a criança com TEA.

O diálogo deve ser constante entre o professor e as famílias dos alunos para que possam compreender melhor as necessidades e potencialidades da criança e assim desenvolver um trabalho mais eficaz e significativo. O papel do professor é fundamental para a inclusão escolar de crianças com TEA, e para isso, é necessário que ele seja um profissional capacitado, atento e sensível às particularidades desses alunos.

É importante também que o professor tenha conhecimento sobre o TEA e sobre suas características, para que possa adaptar sua metodologia de ensino às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, deve fazer uso de um tom de voz que não cause desconforto, pois, os autistas têm a audição bastante aguçada; suas palavras devem ser transmitidas exprimindo segurança e confiança aos alunos e às famílias.

É preciso que o professor estabeleça uma relação de confiança e respeito mútuo com os alunos com TEA, para que eles se sintam acolhidos e motivados a aprender. O professor deve ser um facilitador do processo de aprendizagem, oferecendo suporte e orientação aos alunos e incentivando-os a desenvolver sua autonomia e independência. Em resumo, o papel do professor na escolarização de crianças com TEA é de extrema importância e deve ser exercido com profissionalismo, empatia e dedicação.

Encontrar formas e estratégias para trabalhar com alunos com autismo depende muito do comprometimento, sensibilidade e disponibilidade dos professores em se manterem informados sobre os acontecimentos atuais da área. Ao planejar, o professor deve examinar as estratégias instrucionais à sua disposição para adaptar o conteúdo, selecionar recursos instrucionais e métodos instrucionais a serem usados de forma a beneficiar a aprendizagem de todos os alunos. Uma sociedade inclusiva reconhece que pessoas especiais têm direitos iguais àqueles que são considerados normais (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Conforme Baptista (2006, p. 93) “[...] o compromisso do educador tem como base a apropriação de seus próprios recursos e instrumentos: a observação, o diálogo, a negociação e a avaliação retroalimentam o agir do educador”. Nesse contexto, os professores devem revisar as informações, estar atentos e abordar com sensibilidade as limitações e necessidades de cada aluno.

Outro aspecto igualmente importante é a flexibilidade da estrutura curricular, que deve ser adaptada às características regionais e especificidades de cada turma, para que a qualidade do ensino não seja esquecida. E com isso, conseqüentemente o aluno terá um maior sucesso em seu aprendizado.

Flexibilizar o currículo, para responder a cada caso particular - comunidade, religião, língua, etnia, necessidade específica - não é ficar preso a conteúdos predefinidos e a ritmos e estratégias de aprendizagem rígidas, mas antes adaptar os conteúdos, ritmos e estilos de aprendizagem, às condições concretas de cada grupo, subgrupo ou indivíduo (MORGADO, 2011, p. 8).

As escolas devem conhecer bem seus alunos para melhor poder prestar um serviço educacional de qualidade, com equidade, partindo das suas reais necessidades, sem abrir mão da qualidade do ensino oferecido. Trabalhar com alunos com autismo requer desenvolver práticas e estratégias de ensino que acolham a todos e respeitem as diferenças.

Muitas vezes a comunidade escolar não entende os comportamentos por meio das manifestações causadas pelo autismo, as quais podem levar a sentimento de rejeição por parte daqueles que não compreendem as peculiaridades desse transtorno. Assim sendo, os desafios de trabalhar com alunos autistas são enormes e exigem muito conhecimento, sensibilidade e preparo por parte dos educadores para desenvolverem um trabalho coerente às necessidades apresentadas. Além da formação acadêmica, a sensibilidade e a acuidade dos professores são extremamente importantes para compreender e trabalhar com alunos autistas.

A educação no Brasil tem passado por mudanças ao longo dos anos e novos desafios precisam ser enfrentados. Nesse sentido, a inclusão escolar é um tema atualmente em pauta, conduzindo discussões sobre soluções que assegurem os direitos humanos, independentemente da condição social e cognitiva dos indivíduos.

Segundo Gauderer (1987), as crianças com autismo podem ter dificuldades de aprendizagem, mas desenvolvem habilidades de linguagem, motoras e de interação durante um programa de estimulação da aprendizagem.

Nesse contexto, cabe à escola elaborar métodos e estratégias que permitam às crianças com autismo desenvolver suas habilidades, integrar-se plenamente ao ambiente e interagir com outras crianças. As famílias podem ajudar nesse processo e assumir a responsabilidade de fazer parceria com elas para fornecer os meios necessários para que os alunos com autismo se sintam seguros e confortáveis na escola, sendo uma prática importante, ter vários momentos de conversas diárias com as crianças sobre suas impressões, sobre o espaço, o que aprenderam e assim por diante.

O processo de aprendizagem de uma criança com autismo pode ser mais lento e gradual, por isso os educadores devem estar qualificados para ajudar esse aluno a construir habilidades de comunicação que o afetem de forma significativa.

De acordo com as recomendações da Educação Inclusiva (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994), a educação formal é obrigatória para todos os alunos, mesmo que apresentem algum déficit sensorial, mental e cognitivo, ou que apresentem graves deficiências psicológicas comportamentais. Nesse sentido, as escolas devem adequar seus sistemas para atender a todos os alunos nas aulas normais, ou seja, a educação inclusiva

deve ser cuidadosamente planejada e implementada nas diversas escolas, permitindo a consideração de práticas que estimulem atividades heterogêneas.

A Lei das Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional (BRASIL, 1996) orienta o sistema educacional a garantir que os cursos, métodos, recursos e organização atendam às necessidades dos alunos. “Em quase todos os casos, os alunos portadores de autismo utilizam recursos especializados para acompanhar o seu desenvolvimento, como institutos de educação especial, fonoaudiólogos, medicações, terapias e fatores similares” (AIRES; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2014).

As escolas devem apostar na educação inclusiva, diversificar e melhorar a qualidade do ensino e, ao mesmo tempo, cuidar do desenvolvimento dos alunos autistas que, por vezes, têm dificuldade em comunicar com os outros, por isso, a inclusão deve ser pensada de forma holística, não garantindo apenas o acesso no espaço escolar, mas garantir também sua garantia de permanência. “Incluir no ensino comum crianças com deficiências ainda pequenas, que terão toda uma vida escolar desenvolvendo-se em um ambiente inclusivo e, se tiverem suportes adequados poderão alcançar um alto nível de escolarização e desenvolvimento” (GLAT, 2011, p. 85).

Inclusão não é apenas sobre aceitar alunos para admissão, é sobre projetos e propostas que levam em consideração o aprendizado compartilhado de todos. Mantoan (2006) relata que inclusão é estar com pessoas que são diferentes, conhecer e compreender o outro em todos os sentidos.

A escola insiste em afirmar que os alunos são diferentes quando se matriculam em uma série escolar, mas o objetivo escolar, no final desse período letivo, é que eles se igualem em conhecimentos a um padrão que é estabelecido para aquela série, caso contrário serão excluídos por repetência ou passarão a frequentar os grupos de reforço e de aceleração da aprendizagem e outros programas embrutecedores da inteligência (MANTOAN, 2011, p. 38).

Em muitos casos, percebemos que a inclusão não acontece de fato, em várias escolas ditas inclusivas, devido ao currículo pré-estabelecido como um todo sem levar em conta as particularidades de cada aluno, tais escolas preocupam-se apenas em matricular todos, mascarando a essência do termo inclusão. Uma escola é realmente inclusiva quando há garantia da permanência de todos os alunos, sem discriminação; quando a acessibilidade não se restringe tão somente aos aspectos arquitetônicos.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadora de ensino especial e regular (MANTOAN, 2006, p. 16).

O desenvolvimento do autismo ocorre de várias maneiras, com altos e baixos, precisa de acomodação, como descrevera Piaget (2005), que a aprendizagem e o desenvolvimento são concebidos como processos resultantes da formação contínua de esquemas, os quais são gerados pela adaptação, pela assimilação e pela acomodação. Dentro da sua realidade de aprendizagem; muitas vezes os autistas podem levar um tempo maior que as outras crianças, isso acontece principalmente na adolescência. O período de acomodação pode levar até três meses, o que causa a falsa impressão de que a criança não vai sair daquele estágio.

A inclusão é um direito de todos os alunos, independentemente das suas diferenças. No entanto, para que essa inclusão seja efetiva, é preciso que o professor esteja capacitado para lidar com as necessidades específicas de cada aluno. No caso do autismo, é importante que tenha conhecimento sobre as características do transtorno e saiba como adaptar o seu ensino para atender às necessidades desses alunos, como por exemplo, utilizar estratégias de comunicação alternativa, como o uso de imagens e símbolos.

Outro aspecto importante é a adaptação do ambiente escolar às necessidades dos alunos com autismo. É preciso que a escola esteja preparada para receber esses alunos, com espaços adequados e recursos pedagógicos específicos. Além disso, é fundamental que a escola promova a inclusão desses alunos, incentivando a interação social e a participação em atividades coletivas.

O papel do professor na escolarização de crianças com o transtorno do espectro autista é fundamental para garantir a inclusão desses alunos na escola. É preciso que o professor esteja capacitado para lidar com as particularidades desses alunos, adaptando o seu ensino e promovendo a interação social e a participação em atividades coletivas. A inclusão é um direito de todos os alunos, e cabe ao professor garantir que esse direito seja efetivado para os alunos com autismo.

O docente deve ter um conhecimento prévio sobre o autismo e suas características, para que possa identificar os sinais e sintomas em seus alunos e assim desenvolver estratégias eficazes para o ensino. É importante que o professor tenha em mente que cada criança com autismo é única e que cada uma apresenta um conjunto de habilidades e dificuldades

diferentes; que esteja preparado para lidar com as particularidades do TEA, como a comunicação não verbal e a dificuldade de interação social, e adaptar sua metodologia de ensino para atender às necessidades desses alunos, além disso, é importante que tenha um perfil profissional empático, ao lidar com esses alunos, evitando julgamentos e preconceitos.

A parceria entre a escola e a família também é essencial para garantir o melhor desenvolvimento do aluno com TEA. Com o suporte adequado, o professor poderá contribuir significativamente para a inclusão desses alunos na sociedade e para o seu sucesso acadêmico e pessoal. A escola deve ser ressignificada, dando condições para a participação de todos, independente das suas características particulares, para a participação ativa no processo da construção do conhecimento.

Para promover a inclusão escolar, precisamos ter olhares prospectos, holísticos acerca das necessidades dos alunos, rompendo com paradigmas do sistema de ensino meramente depositário, permitindo a metamorfose das fragilidades em potencialidades, em possibilidades, tornando possível desenvolver ações por parte dos alunos autistas.

Mantoan (2011) é enfática quando diz que a inclusão exige uma mudança de pensamento educacional escolar, pois não se limita apenas aos alunos que apresentam algum déficit que impedem à aprendizagem, mas diz respeito a todos os matriculados, na perspectiva do desenvolvimento humano. “A inclusão total e irrestrita e o direito à diferença nas escolas é uma oportunidade que se tem para reverter a situação da maioria das escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino” (MANTOAN, 2011, p. 19).

[...] a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros (SASSAKI, 2005, p. 21).

A escola, os professores e as famílias são corresponsáveis para o desenvolvimento dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista, devem caminhar lado a lado, na tentativa de minimizar as dificuldades peculiares, suavizando o cotidiano escolar que envolve, muitas vezes, atividades não significativas.

Desmitificar o caráter de que os autistas não são capazes, ou até mesmo têm um déficit cognitivo, torna-se possível através de ações educativas que envolvam profissionais especializados para os devidos esclarecimentos; depoimentos de pessoas com TEA;

exposições de projetos exitosos desenvolvidos pelos professores. Dessa forma, a escola estará cumprindo o seu papel social de garantir uma educação de qualidade para todos.

Educação inclusiva faz parte de um processo desafiador, antagônico a quaisquer que sejam as práticas de exclusão, e objetiva garantir a escolarização de todos, num sistema unificado, respeitando as diversidades.

4 METODOLOGIA

Esta monografia constitui-se em uma produção com embasamentos das pesquisas bibliográfica e qualitativa, as quais trazem contribuições teóricas sobre a temática pesquisada, aprofundando o conhecimento sobre a escolarização dos alunos diagnosticados com TEA.

De acordo com Minayo (2009)

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (MINAYO, 2009, p. 16).

Nesse contexto, entendemos a pesquisa como um momento de inquietação, de questionamento que nos conduz à busca de respostas para as questões colocadas. O objetivo é aproveitar ao máximo o potencial das bases de dados bibliográficas existentes e disponíveis e as ferramentas de tecnologia da informação para o processamento desses dados, e assim, poderemos produzir trabalhos consistentes.

Considerando que método significa um direcionamento, Vergara (2011, p. 12) acresce: [...]” método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento [...]”. Considerando um caminho a seguir na construção deste TCC, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que, para Andrade (2010) é uma pesquisa imprescindível nos cursos de graduação, pelo fato de ser concebida como primeiro passo às atividades acadêmicas.

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

No tocante ao aspecto metodológico da pesquisa qualitativa, chamada por alguns autores de pesquisa naturalista, os autores Ludke e André (1998), apresentam cinco características básicas, a saber:

[...] a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são foco de atenção especial do pesquisador; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (LUDKE; ANDRÉ, 1998, p. 44).

Esta pesquisa, norteadas por essas metodologias científicas, nos concede informações acerca das literaturas dos autores que tratam do nosso objeto de pesquisa, viabilizando um maior conhecimento e compreensão sobre a temática. Impossível seria a realização de qualquer trabalho científico, sem a contribuição dos estudiosos que, em suas obras, nos apresentam a rigorosidade das informações de forma objetiva. Assim sendo, o procedimento metodológico de cunho bibliográfico é imprescindível para que possamos disseminar os conhecimentos aos leitores, eliminando visões distorcidas sobre quaisquer que sejam os objetos de estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante as leituras realizadas, dos teóricos que abordam a temática em estudo, foi possível percebermos que a maioria das pessoas não enxergam o autismo como um transtorno neurológico. Em vez disso, ouvimos coisas do tipo: "Essa criança é mimada", "Ela é doida", "Os pais não colocam limites, por isso que ela é assim". Devido à falta de informação, a verdade é que ainda precisamos aprender mais sobre o autismo para que a sociedade possa ser mais empática.

Abraçar o autismo é mergulhar no universo único de cada pessoa que tem esse transtorno. É muito mais do que incluir, é acolher de verdade. E aí, quando fazemos, colheremos frutos incríveis. É como estar em uma poesia que traduz todos os sentimentos, mesmo aqueles que a gente não consegue explicar. “[...] Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver” (SILVA; GAIATO; REVELEZ, 2012, p. 06).

Depois do que foi discutido, fica claro que a sociedade costuma focar nos aspectos negativos do Transtorno do Espectro do Autismo e esquece de um problema maior. Às vezes, é mais fácil deixar o indivíduo se encaixar em um molde pré-estabelecido só porque ele apresenta sintomas claros de autismo, é mais fácil se conformar do que buscar ações significativas. Mas só podemos avançar na compreensão do TEA, quando entrarmos no mundo autista sem preconceitos, abrindo nossos olhos para perceber as atitudes e ações que ele demonstra.

A escolarização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema que tem sido cada vez mais discutido na área da educação, nesse contexto, o papel do professor é fundamental para garantir que essas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. A pesquisa bibliográfica realizada sobre o assunto aponta que o professor deve estar preparado para lidar com as particularidades do TEA, como as dificuldades de comunicação e interação social, além disso, é importante que o professor tenha uma postura acolhedora e respeitosa, que valorize as habilidades e potencialidades de cada criança.

A pesquisa também destaca a importância da formação continuada dos professores, para que estes possam se atualizar sobre as melhores práticas pedagógicas e terapêuticas para atender às necessidades das crianças com TEA. Em suma, o papel do professor na escolarização de crianças com TEA é fundamental para garantir que essas crianças possam desenvolver seu potencial e ter uma vida plena e inclusiva.

Para nós, gestos simples podem parecer bobos, mas para os autistas são verdadeiros e expressam sentimentos, mesmo que de forma implícita e muitas vezes incompreendida. A criança com autismo “às vezes, [...] pode expressar a sua gratidão oferecendo uma pedrinha, e manifestar seu amor com um pequeno toque na sua mão. E tenha a certeza de que isso é muito para eles” (SILVA, 2012, p. 92).

Compreender o autismo é desbravar um território desconhecido, sem mapas ou sinalizações. Cada passo dado é uma descoberta, e cada obstáculo superado é um aprendizado valioso. É fundamental que pais, profissionais de saúde e educação trabalhem juntos para encontrar as melhores formas de ajudar cada indivíduo autista a se desenvolver de forma única. Mesmo que nem tudo que seja ensinado seja aprendido, é importante seguir lutando todos os dias. Afinal, a união entre família e profissionais da saúde é essencial para a adaptação da criança com autismo na sociedade, e a educação é um pilar fundamental nesse processo.

Então, de acordo com Semensato e Bosa (2013), é crucial que os profissionais de saúde se unam à família para ajudar a criança autista a se adaptar à sociedade. E, claro, não podemos esquecer da importância da educação nesse trabalho em equipe.

[...] uma aliança precisa começar a se estabelecer entre a família e o profissional da saúde, não importando ser este um médico, um psicólogo ou um fonoaudiólogo. Essa aliança configura-se como uma parceria na qual o profissional começa a fazer parte dessa caminhada com a família, no sentido de buscar o melhor atendimento específico para aquela criança. [...] além, dos profissionais da saúde, a escola também tende a ser vista como um importante recurso auxiliar no desenvolvimento da criança, como apoio no manejo de certas rotinas desgastantes e como uma forma de ligação entre pais e alguns serviços [...] (SEMENSATO; BOSA, 2013, p. 92-93).

Entender que crianças com TEA precisam de apoio e carinho desde cedo é essencial para que elas cresçam de forma saudável. Quando família e profissionais trabalham juntos, o autismo não é uma barreira para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Com iniciativa e persistência, a sociedade se torna mais inclusiva e acolhedora. É uma troca de realidades, um olhar sensível para o mundo diversificado, sem preconceitos ou imposições. Na escola, é importante acolher a criança de forma inclusiva, valorizando suas potencialidades em vez de focar nas dificuldades.

A escolarização de crianças com TEA requer uma abordagem diferenciada e um olhar atento do professor. O papel do professor é fundamental para garantir que essas crianças sejam incluídas no ambiente escolar e recebam o suporte necessário para o seu desenvolvimento. É importante que o professor tenha conhecimento sobre o TEA e suas

características, para poder adaptar o ensino às necessidades específicas de cada criança. Além disso, o professor deve estar preparado para lidar com comportamentos desafiadores, como agressividade e ansiedade, e ter habilidades para trabalhar a comunicação e a interação social dessas crianças.

Para entender melhor como lidar com crianças com Transtorno do Espectro do Autismo, é importante ter uma base teórica e saber como aplicar isso na prática. Mas não é só isso! É preciso ir além das quatro paredes da escola e pensar em ações que sejam realmente significativas e divertidas para os pequenos. Dessa forma, o trabalho se torna muito mais interessante e eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as pesquisas realizadas, observamos que as áreas da inclusão e da mediação escolar ainda estão sendo estudadas e analisadas através de vivências. O trabalho que o mediador vem realizando com seus alunos é uma vivência extremamente importante para ambas as partes. O mediador fica rico em experiências e o aluno progride a cada encontro que é proposto, dando assim continuidade ao aprimoramento de suas habilidades.

Por meio disso, é possível que o educando com autismo possa compreender sobre noções básicas que são reproduzidas em seu dia a dia, como pedir para ir ao banheiro, tomar água, dizer que está com fome, etc. É por meio da intervenção desse mediador que essas conquistas são alcançadas em seu processo de aprendizagem. A escola precisa também estar preparada para acolher esse alunado, buscando recursos e melhorias para melhor atender todas as necessidades encontradas.

A discussão sobre a inclusão de crianças com autismo nas escolas tem sido um tema cada vez mais presente na sociedade. É importante destacar que a inclusão não é apenas uma questão de direito, mas também de desenvolvimento e evolução das crianças com autismo, que podem se beneficiar da convivência com seus pares e da aprendizagem em um ambiente escolar.

No entanto, a inclusão não é uma tarefa fácil e requer o envolvimento de diversos atores, como professores, famílias e profissionais da saúde. O papel do professor é fundamental nesse processo, pois é ele quem está em contato direto com a criança e pode identificar suas necessidades e potencialidades.

Para que a inclusão ocorra, é necessário que o professor esteja preparado para lidar com as demandas específicas das crianças com autismo, como a comunicação e a interação social. Além disso, é importante que o professor tenha conhecimento sobre as diferentes estratégias de ensino que podem ser utilizadas para favorecer a aprendizagem dessas crianças. Outro aspecto importante é a participação da família no processo de inclusão. A família é um elemento fundamental na vida da criança com autismo e pode contribuir de diversas formas para o seu desenvolvimento. É importante que a escola estabeleça uma relação de parceria com a família, para que juntos possam traçar estratégias que favoreçam o aprendizado da criança.

Os avanços na legislação atual são de extrema importância para a inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na sociedade, especialmente para aqueles com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). As leis são a base para reflexões sobre o que

significa ser inclusivo e qual é a importância da inclusão na sociedade. Quando se trata de indivíduos com TEA, é crucial que haja um diálogo aberto e constante entre todos os envolvidos em seu processo de adaptação à sociedade.

A relação entre profissionais e família é fundamental para o desenvolvimento do autista e para o progresso significativo em termos sociais e educacionais. É essencial que sejam tomadas medidas efetivas para garantir que a inclusão seja uma realidade para todas as pessoas com NEE, incluindo aquelas com TEA.

Durante a realização do estudo, identificamos algumas limitações, como o efeito da desejabilidade social, que pode distorcer os dados quando os participantes da pesquisa dizem o que imaginam que o pesquisador quer ouvir. No entanto, acreditamos que os resultados obtidos fornecem uma visão atualizada da compreensão da inclusão de alunos com TEA. Portanto, sugerimos estudos adicionais que se concentrem nesse tema, investigando diversas faixas etárias e níveis de comportamento, além da utilização de diferentes instrumentos.

Portando, é importante destacar que a inclusão não é um processo que acontece de forma imediata e definitiva. É um processo contínuo, que requer ajustes e adaptações ao longo do tempo. É importante que a escola esteja aberta ao diálogo e à reflexão constante sobre as práticas inclusivas, para que possa garantir o melhor atendimento às crianças com autismo. Em suma, a inclusão de crianças com autismo nas escolas é um desafio que exige o envolvimento de todos os atores envolvidos. É preciso que haja um esforço conjunto para garantir que essas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, que favoreça o seu desenvolvimento e evolução.

Entretanto, é notório que o papel do educador junto com a família e sua equipe psicoterapêutica tem extrema importância na vida acadêmica e pessoal desse alunado, pois, traz para eles uma perspectiva diferente, um desenvolvimento crucial que os fará terem sua própria autonomia para conviverem em sociedade.

Através deste trabalho, almejamos instigar nos leitores, em específico àqueles que estão dentro do contexto educacional escolar inclusivo, o desejo em conhecer de forma mais precisa sobre o universo do autismo; que façam constantes reflexões sobre as suas práticas, detectando o que podem mudar em função de uma pedagogia inclusiva. Que possam enxergar os alunos com TEA, como sujeitos de possibilidades (como os são), buscando alinhar as suas práticas às orientações legais sobre a escolarização de alunos autistas.

REFERÊNCIAS

- AIRES, A. C. S.; ARAÚJO, M. V. S.; NASCIMENTO, G. A do. **Autismo: convívio escolar, um desafio para a educação**. 2014. 78 f. TCC (Graduação). Curso de Pedagogia. Paraíba: UEPB, 2014.
- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- APA. American Psychiatric Association. DSM-V. **Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: ARTMED, 2014.
- ASSUNPÇÃO JÚNIOR, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo infantil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, vol. 22, n. 37, 2000.
- BAPTISTA, C. R. A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas. *In*: BAPTISTA, C. R. (Org). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BENINI, W. *et al.* **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. artigos 2016. Paraná: Cadernos PDE, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_wivianebenini.pdf> Acesso em: 03 maio 2023.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, v. 7, p. 51, dez. 1961.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília-DF, 2008.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 12.864, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: Espanha, 1994.

GAUDERER, Ernst Christian. **Autismo Década de 80: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais.** 2. Ed :São Paulo: Almed, 1987.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade.** Uberlândia: EDUFU. 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2011.

MELLO, A. M. S. R. de. **Autismo: guia prático.** 6. ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007.

MENEZES, M. Z. M. **O diagnóstico do transtorno do espectro autista na fase adulta.** 2020. 36 f. Monografia (Especialização). Belo Horizonte: UFMG, 2020.

MINAYO, M. C. **O conceito da metodologia de pesquisa.** 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORGADO, José Carlos. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares.** Porto: Porto Editora, 2011.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PIAGET, J. **A representação do mundo na criança: com o concurso de onze colaboradores.** Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21.** Revista da Educação Especial, Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 19-23 Out/2005.

SCHOOL COMMUNITY TOOL KIT. **Manual para as escolas: autismo e Realidade.** 2011. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/Manual_para_as_Escolas.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. **Transtorno do Espectro do Autismo: Manual de Orientação nº 05.** Rio de Janeiro, 2019.

SEMENSATO, M. R.; BOSA, C. A. **A família das crianças com autismo: contribuições empíricas e clínicas.** Campinas/SP: Papyrus, 2013.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo.** São Paulo: Fontanar, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA M. N; BALDIN R. F. S. Diagnóstico e intervenção de indivíduos com Transtorno do espectro autista. In: Enfoque 10 Fopie 11, Vol. 10, Núm.1, 2017.